

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Elidilaine de Fátima Silva

**UMA ANÁLISE DO TRABALHO PLATAFORMIZADO MEDIADO PELA MERCANTILIZAÇÃO  
DA IMAGEM E DOS DESEJOS**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia da Graça Arribas

Juiz de Fora  
2025

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Elidilaine de Fátima Silva, acadêmica do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculada sob o número 202172089A, declaro que sou autora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Influencers: uma análise do trabalho plataformizado mediado pela mercantilização da imagem e dos desejos*, desenvolvido durante o período de 21/10/2024 a 07/03/2025 sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia da Graça Arribas, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autora, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**ELIDILAINE DE FÁTIMA SILVA**

**Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( x ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

*Para todos os objetos que me atravessaram e foram cúmplices para a subjetivação-objetiva dessa escrita*

# UMA ANÁLISE DO TRABALHO PLATAFORMIZADO MEDIADO PELA MERCANTILIZAÇÃO DA IMAGEM E DOS DESEJOS

Elidilaine de Fátima Silva<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo investiga a relação entre o trabalho plataformizado e a exploração do corpo como mercadoria no capitalismo contemporâneo. O problema central reside na forma como a plataformização do trabalho intensifica a alienação e a reificação, convertendo a subjetividade em valor de troca na economia digital. A partir de uma abordagem marxista, o estudo tem como objetivo analisar os impactos do capitalismo de plataforma na objetivação da subjetividade e no controle do corpo-trabalho. Para isso, adota-se uma metodologia teórico-investigativa baseada na revisão bibliográfica de autores como Karl Marx, Georg Lukács, Antonio Gramsci, Ricardo Antunes e Silvia Federici, além da análise da plataforma Privacy como estudo de caso. Argumenta-se que o neoliberalismo fomenta a ideia de empreendedorismo individualizado, obscurecendo as relações de exploração e aprofundando a mercantilização do corpo e da imagem. Os resultados esperados indicam que o capitalismo de plataforma reconfigura as dinâmicas de exploração ao cindir corpo e subjetividade, criando novos mecanismos de subsunção do trabalho e reafirmando a centralidade do corpo como locus de dominação e resistência. Dessa forma, busca-se contribuir para o debate crítico sobre as novas formas de expropriação do trabalho e da subjetividade no contexto digital.

**PALAVRAS-CHAVE:** Influencers. Trabalho plataformizado. Corpo-produto. Coisificação da consciência.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a nova modalidade de trabalho - o trabalho plataformizado - e suas implicações para a exploração do corpo nos contornos de uma mercadoria no capitalismo contemporâneo. Partindo de uma abordagem marxista, busca-se compreender como a fragmentação do trabalhador e de sua identidade por intermédio da mercantilização da imagem, operam uma nova dinâmica da produção digital, no ínterim de uma arquitetura cultural-ideológica pautada no movimento da superestrutura em produzir consciências alienadas e conseqüentemente reificadas. Partindo disso, o estudo insere-se no campo da crítica social e econômica, advogada sob a leitura de Karl Marx, Georg Lukács, Antonio Gramsci, Ricardo Antunes e Silvia Federici para discutir o impacto das novas formas de acumulação na apreensão da estruturação da subjetivação da objetividade contemporânea.

Trata-se de uma pesquisa teórico-investigativa, calcada na revisão bibliográfica dos conceitos centrais da teoria do trabalho sob a ótica marxista para o entendimento dos novos meandros do capitalismo de plataforma. A investigação justifica-se pela necessidade de problematizar as novas formas de exploração no contexto digital, especialmente no que concerne à mercantilização do corpo e à intensificação da alienação decorrente das lógicas volúveis do neoliberalismo. Pensando a ascensão das tecnologias de informação e comunicação (TICs) como instâncias que não apenas transformaram as dinâmicas produtivas, como também ressignificaram as formas de controle e exploração da força de trabalho, constituindo-se como eixos centrais à análise da plataformização como fenômeno estrutural do capitalismo atual.

Os principais objetivos do estudo são: (1) analisar a relação entre capitalismo de plataforma e objetivação da subjetividade; (2) discutir as marcas no corpo da alienação e reificação no trabalho mediado por plataformas digitais; (3) examinar como a lógica neoliberal fomenta a ideia de empreendedorismo individualizado, obscurecendo as relações de exploração; e (4) investigar o caso da plataforma Privacy como expressão das contradições do capitalismo de plataforma na comercialização da imagem e do corpo.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: [elidilaine.silva@estudante.ufjf.br](mailto:elidilaine.silva@estudante.ufjf.br). Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Célia da Graça Arribas

A metodologia empregada consiste em uma revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos, calcada na teoria marxista do valor e no fetichismo da mercadoria, em articulação com um corpo-trabalho afeito à mercadoria. A análise da plataforma Privacy é colocada para exemplificar a materialização visual dos processos decorrentes da transmutação do corpo em corpo-imagem-mercadoria na economia digital. A hipótese central do estudo encontra-se fincada no juízo que advoga que o capitalismo de plataforma intensifica as formas de alienação e exploração ao cindir o corpo e a subjetividade criando novos artifícios de subsunção do trabalho.

O artigo subdivide-se em duas partes. Na primeira, desenvolvo por meio do materialismo histórico e dialético as transformações trabalhistas ocorridas no capitalismo industrial até o advento da forma plataformizada, salientando as experiências laborais que o corpo proletário sofreu sobre os ditames do taylorismo<sup>2</sup> em associação com a flexibilização produtiva no intuito de aprimoramento e adestramento da mercadoria, força de trabalho para a extração de mais valor. Na segunda parte coloco em perspectiva os processos ocorridos na materialidade que influenciam a construção subjetiva de um corpo em ruptura com sua identidade, seja pela quebra do ciclo dialético objetividade-subjetividade devido a uma economia monetária respaldada pelo trabalho alienado, seja por novos mecanismos e ferramentas operacionais com a finalidade de fabricar e formatar corpos e sujeitos mercantilizados. Caminhando com a premissa que no capitalismo desde a acumulação primitiva do capital o corpo sempre se constitui em um corpo-mercadoria, parte da proposta é entender os novos contornos adquiridos por esse corpo no capitalismo de plataforma, tomando como objeto empírico trabalhadoras do sexo online.

Dentro dessa estrutura, o trabalho busca contribuir para o debate crítico sobre as novas formas de exploração do trabalho e da subjetividade, evidenciando o corpo como um locus central na dinâmica de dominação no capitalismo contemporâneo. Os que o trabalho adquiriu dentro das novas configurações do capitalismo de plataforma respondem a um acirramento da lógica de expropriação do corpo e dos desejos.

## **2. TRANSIÇÃO PARA A PLATAFORMIZAÇÃO: A NOVA FRONTEIRA DE EXPLORAÇÃO**

As transformações ocorridas no mundo do trabalho no capitalismo moderno criam uma nova categoria de prestação de serviços, o trabalho plataformizado, um processo que se desenvolve da organização e gestão laboral mediada por plataformas digitais. Sistemas algorítmicos realizam a intermediação entre “prestadores de serviços” e consumidores. As novas relações trabalhistas, ao serem geridas por meio de um sistema abstrato de dados que orientam e definem o molde da demanda e produção, estabelecem uma falsa diluição dos antagonismos de classes, que foram tão característicos dentro do modelo de produção fordista<sup>3</sup> do pós-guerra até a década de 1980.

Esse movimento histórico desemboca no capitalismo de plataforma, que herda e intensifica as dinâmicas de controle e exploração subjetiva. Embora as plataformas digitais prometam autonomia e flexibilidade ao trabalhador, elas perpetuam as mesmas lógicas de exploração. A promessa de liberdade e controle sobre as etapas produtivas é, na verdade, uma ilusão: o trabalhador permanece subordinado à acumulação capitalista, agora mediada pela captura e monetização de desejos, imagens e experiências pessoais. Assim como o

---

<sup>2</sup> Taylorismo é um sistema de organização do trabalho desenvolvido por Frederick Winslow Taylor (1856–1915), um engenheiro americano, no final do século XIX e início do século XX. Seu objetivo era aumentar a eficiência e a produtividade no processo de produção industrial por meio da divisão sistemática do trabalho e da organização científica das tarefas. Suas principais características são: (1) o trabalho é dividido em pequenas tarefas específicas e repetitivas; (2) cada trabalhador executa uma função específica, sem participar do processo produtivo como um todo.

<sup>3</sup> Fordismo é um sistema de produção em massa desenvolvido por Henry Ford (1863–1947) no início do século XX, com base nos princípios de organização do trabalho do Taylorismo. Ele foi implementado pela primeira vez em 1913, na fábrica de automóveis da Ford Motor Company, e revolucionou a indústria ao combinar a linha de montagem com a produção em larga escala e o consumo em massa.

toyotismo<sup>4</sup> incorporou a subjetividade ao trabalho, o capitalismo de plataforma a transforma diretamente em mercadoria, reforçando a separação velada entre quem controla e quem executa.

A crise estrutural de 1973, que atingiu os países do capitalismo central, é um marco significativo nesse processo. Essa crise revelou os limites do modelo fordista, baseado na produção em massa padronizada, na expansão do consumo homogêneo e na alta centralização das hierarquias produtivas. Os choques do petróleo, a crescente globalização e a exaustão dos mercados internos precipitaram a necessidade de transformações estruturais. Assim, emerge a acumulação flexível, caracterizada pela “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo” (Harvey, 1995, p.140).

Nesse contexto, o toyotismo deflagra como uma resposta às demandas de um mercado cada vez mais diversificado e volátil. Originado no Japão, esse modelo baseia-se na produção enxuta, na redução de estoques e na personalização da produção, priorizando a eficiência e a adaptação rápida às mudanças do mercado. Mais do que uma alteração material nos processos produtivos, o toyotismo teve impactos profundos na subjetividade dos trabalhadores. Como observa Ricardo Antunes (1995), essa lógica transcende a esfera material, moldando identidades e modos de consumo, ao integrar a subjetividade dos trabalhadores ao processo produtivo.

O fordismo, com sua produção em larga escala, exigiu uma reorganização no tecido social e cultural, criando um novo tipo de trabalhador e um modo específico de viver ajustado às demandas industriais. Contudo, as hierarquias no fordismo eram mais claramente definidas entre gerência, concepção e execução. O toyotismo, por sua vez, dilui essas fronteiras por meio de práticas como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) e a gestão participativa. Essas práticas mascaravam o controle centralizado, ao mesmo tempo em que capturavam as experiências dos trabalhadores, incorporando-a como parte essencial do aumento da produtividade.

A espiral da dialética histórica do capitalismo evidencia como, ao longo do tempo, as formas de dominação e exploração são reconfiguradas para adaptar-se às demandas do movimento histórico, sem jamais perder de vista seu objetivo central: a extração do mais-valor e a perpetuação da hegemonia do capital.

A forma atual do regime de acumulação pós-grande indústria, referenciado como capitalismo 4.0 ou capitalismo de plataforma, seria delimitado a partir dos seguintes aspectos: incorporação de avanços tecnológicos de ponta, inteligência artificial, computação em nuvem, internet das coisas e robótica. Esses elementos do novo paradigma da acumulação dentro das unidades produtivas redesenham as dinâmicas da economia contemporânea. Nesse cenário, a atual matéria-prima do capital deixou de ser as máquinas tradicionais e passou a atrelar-se à inteligência coletiva, ou *general intellect*, uma força produtiva social caracterizada por ser desterritorializada, funcionando em larga escala, transpondo territorialidades e espaços-temporais, manifestando-se em diversos lugares simultaneamente (Prado, 2005).

No contexto da “indústria 4.0”, Paulani (2022, p. 29) descreve esse processo como “o passo além do que tem sido chamado de “terceira revolução industrial””. Essa fase é impulsionada por novas configurações da manufatura empresarial, fundamentadas no uso combinado de máquinas inteligentes, sistemas avançados de armazenamento de informações e instalações produtivas dotadas de capacidade para trocar dados em rede de forma autônoma (Schincariol, 2024, p. 29). Um sistema que conecta a linha de produção diretamente com a criação da necessidade do consumo.

Esse movimento tecnológico propiciou a fixação e consolidação do fenômeno da “plataformização”, por intermédio da disseminação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) estruturando um novo proletariado de serviços digitais. Nessa partitura realiza-se a conversão de trabalhos antes improdutivo em

---

<sup>4</sup> Toyotismo é um sistema de organização do trabalho e produção desenvolvido pela empresa japonesa Toyota após a Segunda Guerra Mundial (1939–1945). Ele foi criado por Taiichi Ohno na década de 1950 como uma resposta à rigidez e às limitações do modelo Fordista, que priorizava a produção em massa e a padronização. O Toyotismo é baseado em produção flexível, com foco em eficiência, redução de desperdícios e adaptação rápida às demandas do mercado. Em vez de produzir grandes volumes de produtos idênticos (como no Fordismo), o Toyotismo busca produzir apenas o que é necessário, no momento em que é necessário, e na quantidade exata — o famoso sistema *just-in-time* (no tempo certo).

trabalhos produtivos, ao concluírem por um sistema algorítmico que consegue extrair mais-valor a partir dos dados produzidos nas interações online.

A nova divisão social do trabalho dentro dos preâmbulos da mundialização financeira bifurca-se em dois caminhos, o primeiro relaciona-se com a intensificação da informalidade devido às brechas legislativas deixadas pelos processos de desregulamentação do trabalho iniciadas nos anos 1980; o segundo, direciona-se ao trabalho criativo-intelectual. De acordo com Antunes (2018), o trabalho, em todas as suas formas, apresenta-se como um potencial gerador de mais-valor para os capitais, ao abranger desde ocupações formais e regulamentadas até aquelas caracterizadas pela informalidade e flexibilidade. Os influenciadores digitais encontram-se enquadrados dentro dessa categoria no universo do trabalho digital.

### **3. A GÊNESE DA WEB 2.0 E A ABERTURA PARA A PLATAFORMIZAÇÃO**

A Web 2.0 precede a formação da atual cadeia de valor do capitalismo de plataforma, um modelo que moldou a interatividade na Internet como a concebemos hoje. Sua gênese remonta à década de 1960, em um contexto sócio-histórico atravessado pela tensão geopolítica da Guerra Fria. Nesse cenário, as forças armadas dos Estados Unidos buscaram desenvolver uma rede de comunicação capaz de transferir dados com segurança entre suas bases, para que sobrevivessem a ataques, descentralizando a comunicação (LINS, 2013).

Essa descentralização comunicacional, inicialmente impulsionada pela necessidade de resistir a ataques, mais tarde seria apropriadamente utilizada para promover uma agenda de autonomia individual e liberdade de mercado, elementos fundamentais do neoliberalismo. Assim, a descentralização parte como um reflexo das ideias neoliberais que viam a centralização do poder como um obstáculo à liberdade do indivíduo e do mercado. Com o tempo, essas ideias ajudaram a moldar as bases da economia digital, onde a livre circulação de dados se tornaria essencial para o funcionamento do capitalismo de plataforma.

Ao contrário das redes já existentes, controladas de forma centralizada, seria criada uma rede em que cada equipamento seria relativamente autônomo, e a comunicação se daria de forma distribuída. Com essa organização, partes da rede que não fossem afetadas por um ataque poderiam continuar operando. Esse projeto, chamado ARPANET, foi o embrião da "rede de redes", a Internet que hoje conhecemos (LINS, 2013, p. 13).

A comunicação online passou por três principais períodos de refinamento até chegar ao ecossistema de informação platformizada que constitui a internet atualmente. O primeiro período acontece no contexto da pré-web, marcada pelo advento da ARPANET. No segundo, surge a Web 1.0, caracterizada pelo desenvolvimento do hipertexto, das páginas e dos sites, nos quais as informações, predominantemente textuais, passaram a estar interligadas por hyperlinks, e o conceito de navegação foi consolidado (LINS, 2013, p. 13-14). E por fim, os anos 1990 marcam o terceiro momento, quando Tim Berners-Lee implementa a *World Wide Web* (WWW), transformando a internet em uma tecnologia capaz de organizar e interconectar informações em formato hipermediático.

Na fase da Web 1.0, não havia espaço para interações bidimensionais entre emissor e receptor, sendo notadamente um modelo comunicacional unidirecional, onde os usuários se limitavam a consumir conteúdo sem a possibilidade de interagir e colaborar com o que era postado.

A transição para um ambiente mais dinâmico ocorre com a Web 2.0, estabelecendo a passagem de uma internet estática para um modelo interativo e móvel. O termo "Web 2.0" surgiu em 2004, durante uma conferência promovida pelas empresas O'Reilly Media e MediaLive International, que discutiam novas estruturas para a internet (OLIVEIRA, 2017, p. 5). A era da informação e tecnologia transforma a sociedade, alterando a forma como os recursos informacionais são compartilhados. Os novos mecanismos de interação baseiam-se em dados geradores de valor, e a vida dos indivíduos flui publicamente pelas redes sociais. A Web, nesse contexto, funciona como um espaço em aberto, cabendo aos usuários preenchê-lo por meio da construção de personas virtuais, muitas vezes refletindo um "eu" idealizado.

Diferentemente da Web 1.0, em que os usuários tinham um papel passivo de consumidores de conteúdo, a Web 2.0 potencializa a participação ativa do público, permitindo a criação colaborativa por meio de blogs, wikis e redes sociais. Plataformas como Facebook (2004), YouTube (2005) e Twitter (2006) exemplificam essa nova onda comunicacional, em que os próprios usuários se tornaram produtores de conteúdo, engajando-se em interações contínuas e gerando um fluxo constante de informações. Essa interatividade, embora traga uma falsa sensação de liberdade e controle, também serve como um mecanismo de extração de valor, pois os usuários, ao gerarem dados sobre si mesmos, alimentam um sistema que os monetiza, transformando-os em mercadorias no ciclo de produção e consumo da economia digital.

Esse novo paradigma, baseado na interação e na economia dos dados, favoreceu o modelo de monetização centrado na coleta, análise e comercialização das informações pessoais dos usuários, tornando-se um elemento essencial para a consolidação do capitalismo de plataforma. A coleta de dados não só gera valor econômico diretamente, mas também organiza as relações de produção no capitalismo de plataforma. Por meio da vigilância e rastreamento constante dos usuários, as plataformas conseguem controlar as preferências de consumo e até as formas de trabalho. Os algoritmos não apenas direcionam o conteúdo, mas também determinam como e quando o trabalho deve ser realizado, otimizado e, muitas vezes, precarizado. Como destaca Antunes, esse processo é a culminação da junção do complexo financeiro com o neoliberalismo, uma reconfiguração do trabalho que mistura aspectos de controle digital com a exploração humana.

As plataformas, como arsenal computacional composto puramente por hardware e software, indissociavelmente fazem parte da nova reestruturação do capital. Como argumenta Antunes, são o reflexo da ascensão e articulação do complexo financeiro com um neoliberalismo extremado, atrelado à emergência da indústria 4.0 dentro do mundo corporativo. A nova caracterização do modelo produtivo realiza uma simbiose entre homem e máquina ao transfigurar a forma de comunicação, fazendo uso de informações de metadados para otimizar os processos, objetivando um maior alcance em grau e número da automação produtiva e comercialização dos produtos, assim como inovando na oferta de experiências online para os usuários.

Empresas operantes na indústria da Tecnologia da Informação investiram em serviços e produtos dentro das plataformas para que as outras empresas pudessem ter em si um esteio para introduzir-se na nova política de relações comerciais e interativas no ambiente digitalizado (RODRIGUEZ, 2019, p. 11-12). A comercialização do amplo volume de dados que as plataformas têm acesso, presente nos fluxos de informações que são gerados a partir do rastreamento de pesquisas, cliques e compartilhamentos nas redes, possibilita a criação de valor. Essa circularidade informacional viabiliza a customização algorítmica de propagandas para o mercado de bens de consumo.

O trabalho plataformizado, dentro da elaboração teórica de Grohmann (2021), se constitui dentro dos quadros de valores a partir da confluência entre processos produtivos e comunicacionais mediados pelas plataformas, que fazem uso dos algoritmos para conjugar e controlar a organização do trabalho:

Os mecanismos das plataformas, como gestão algorítmica do trabalho, extração de dados e vigilância automatizada, configuram-se, pois, como processos comunicacionais e de gerenciamento dos trabalhadores. Dessa forma, as plataformas também contribuem para a aceleração da produção e circulação do capital, como Marx já alertava nos Grundrisse em relação à função dos meios de comunicação e transporte, reforçando o papel desses meios na circulação do capital (GROHMANN, 2021, p. 14).

Dessa forma, seguindo as produções de Doorn (2021), o trabalho plataformizado encontraria sua síntese como sendo a constituição laboral que tivesse como agente organizador e mediador os palanques das plataformas digitais, tendo como eixo central:

O valor monetário do serviço prestado é incrementado pelo valor de uso e pelo valor especulativo dos dados produzidos antes, durante e depois da prestação de serviços [...] essencialmente trabalho de produção de dados e treinamento de algoritmos. Isso é o que torna tão valioso, e, em contrapartida, tão desvalorizado e explorado, como muitos outros serviços de baixa renda que já existiram. Por isso, o trabalho plataformizado é a dimensão-chave do capitalismo de plataforma financeirizado (DOORN, 2021, p. 57).

O desenvolvimento e a incorporação das tecnologias nas relações industriais de trabalho abrem a possibilidade para que, por meio do trabalho, o ser social tome consciência de si como criador e conhecedor do conjunto dos sistemas de objetivações humanas. Entretanto, para ocultar as relações de exploração, as classes dominantes utilizam aparatos ideológicos que promovem a negação e o apagamento dessas potencialidades, valendo-se da mecânica da alienação atrelada ao fetichismo da mercadoria e à reificação.

Nesse contexto, o capitalismo de plataforma surge como um desdobramento dessa lógica, aprofundando os mecanismos de dominação e exploração. Com seu foco na extração de dados e no domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo, ele inaugura uma nova fase da acumulação do capital, na qual a exploração da força de trabalho se entrelaça à coleta e comercialização de dados pessoais. Esse processo não apenas intensifica a alienação do trabalhador, mas também reforça a objetivação de sua subjetividade. Assim como no capitalismo industrial, onde a separação do trabalhador de seu processo produtivo era fundamental para a manutenção da infraestrutura, o capitalismo de plataforma inaugura um modelo no qual a alienação se reconfigura: o trabalhador, apesar de parecer livre, está cada vez mais submetido a uma lógica de controle invisível e impessoal, mediada por algoritmos e plataformas digitais.

#### 4. CORPO E ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

O corpo como uma categoria histórica moldada pelas estruturas sociais, culturais e simbólicas encontra-se presentificado e costurado na morfologia do sistema capitalista desde sua gênese - a acumulação primitiva. A transposição de uma economia de subsistência para uma monetária ocorreu com a mercantilização dos bens, serviços e relações sociais, tornando o corpo um ponto cardinal que orienta a produção de valor pela qual subsiste o capital.

Essa ruptura histórica nas operações comerciais altera a apreensão do corpo enquanto significante de criação, passando a objeto afeito à máquina de trabalho com o fim único da extração de mais valor, como examina Silvia Federici na sua obra *O Calibã e a Bruxa* (2004 [2023]). Dentro dessa leitura, o corpo traduz-se em meio para uma exploração desmedida que sempre vai de encontro com os novos ciclos de produção seguindo os determinantes materiais de cada período. Segundo Federici,

O capitalismo tem tratado nosso corpo como máquina de trabalho porque é o sistema social que mais sistematicamente faz do trabalho humano a essência da acumulação de riqueza, e que mais precisou maximizar sua exploração. E tem realizado isso de diferentes maneiras: com a imposição de formas mais intensas e uniformes de trabalho, com múltiplos regimes e instituições disciplinares, com terror e rituais de degradação (Federici, 2023, p.27).

Dessa maneira, a lógica do capital não apenas subjuga o corpo como ferramenta de trabalho, mas também redefine sua significação dentro das dinâmicas produtivas. Se, na acumulação primitiva, a coerção física e material marcou a separação do trabalhador dos meios de produção, no desenvolvimento subsequente do capitalismo, essa subordinação se complexifica. O corpo, que outrora possuía uma dimensão significativa própria, passa a ser integrado ao circuito de mercantilização de maneira ainda mais aprofundada.

A constituição do corpo-mercadoria, portanto, não se dá apenas por sua instrumentalização enquanto força de trabalho, mas pelo deslocamento total de sua subjetividade para os domínios da produção e do consumo. Como aponta Federici (2023), o terror disciplinador do capitalismo molda o corpo como uma máquina de trabalho, mas esse processo é também atravessado pelo desenvolvimento forma-mercadoria. Assim, a expropriação do trabalhador se estende para além da esfera material, adentrando a subjetividade e a própria identidade do ser social.

A teoria marxista aponta para a sujeição do corpo aos desígnios do capital. Se antes o corpo era compreendido como um receptáculo das possibilidades de realização do ser, dotado de significância ao moldar os contornos dos desejos, no capitalismo ele se torna um instrumento mediado pelo trabalho. Dessa forma, o corpo sutura o real às concepções do imaginário, não mais como expressão autônoma, mas como um veículo subordinado à lógica da produção no ciclo da mercadoria. A produção capitalista, ao estruturar-se sobre a disjunção entre

trabalhador e propriedade – isto é, entre trabalhador e as condições de realização do trabalho –, impõe aos despossuídos a única alternativa possível: a venda de sua força de trabalho. Assim, como afirma Marx (2013, p. 340), o trabalhador se torna um “livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde houver mercado para ela”.

A progressão da história transforma produtores diretos em trabalhadores assalariados, que, despojados de seus meios de produção e das garantias de existência outrora oferecidas pelas velhas instituições, tornam-se meros vendedores de si mesmos. Como Marx aponta, o feudalismo constitui a pré-história do capitalismo industrial, pois, com a dissolução dos arrendamentos de terra e das relações servis, nasce o trabalhador assalariado.

Esse processo revela como a história não é um fluxo espontâneo, mas o resultado das relações teórico-práticas estabelecidas pelos agentes socioculturais. Dessa forma, o desenvolvimento das forças produtivas, ao mesmo tempo em que rompe com concepções animistas, abre caminho para que o ser social tome consciência de si, de suas potencialidades com um pleno esclarecimento de seu papel na produção da realidade. No entanto, essa mesma expansão das forças produtivas cria novas formas de controle, pois a perpetuação das relações capitalistas exige a contenção das potencialidades emancipatórias do ser humano.

Como parte das contradições inerentes ao capitalismo, o mesmo impulso criador que possibilita o desenvolvimento da acumulação do capital gera simultaneamente sua antítese, manifestada na despotencialização. Assim, enquanto a técnica amplia horizontes de autonomia, a lógica do capital se encarrega de aprisionar corpos e subjetividades dentro das determinações do mercado.

Quando a capacidade de trabalho adquire os contornos de uma mercadoria, segundo Deise Ferraz:

O comprador da mercadoria necessita, para apropriar-se objetivamente do comprado, controlar o uso da mercadoria, afinal, o que é comprado é trabalho em potência: é a força subjetiva do trabalho que está objetivada em uma trabalhadora enquanto capacidade (capacidades físicas e espirituais, para usar terminologias de Marx) (FERRAZ, 2019, p. 250)

A capacidade de trabalho, que é embalada como força de trabalho para ser vendida, precisa passar por um adestramento, pois o empregador não está realizando a compra de um produto acabado. Nesse ponto entra a superestrutura, que se configura como um aparato fundamental para a naturalização da exploração. Se, em um primeiro momento, a subsunção do trabalhador ao capital se dava pela separação material entre o produtor e os meios de produção, com o avanço das dinâmicas capitalistas, essa separação se complexifica. A alienação se expande não apenas sobre a materialidade do trabalho, mas sobre o próprio ser do trabalhador, suas relações e sua subjetividade. A mercadoria deixa de ser apenas o produto das mãos do trabalhador e se torna um espelho que molda sua existência, seus desejos e sua autopercepção.

A reificação injeta-se como um dispositivo central nesta dinâmica na qual a despotencialização do homem ocorre em prol da potencialização das coisas. Manufaturando o fetichismo da mercadoria, ao reorganizar as relações humanas sob a mediação dos objetos inanimados, reintroduz um animismo travestido à moda do capital: as coisas ganham vida, enquanto o trabalhador se esvazia de si. Nessa tessitura, o ser social se torna alheio não apenas aos produtos de seu trabalho, mas também à própria dinâmica de sua alienação. Como aponta Marx: “[...] realização do trabalho aparece [...] como desrealização [...], a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como alienação [Entfremdung], como desapossamento [Entäusserung]” (MARX, 2012, p. 95).

Na análise marxiana da indústria do século XIX, os contornos do corpo enquanto ferramenta de obtenção de mais-valor equiparavam-se a uma venda velada de um corpo desviado de sua potência inicial de agente. Com a nova configuração industrial, um corpo que antes se constituía como meio de trabalho passa a ser um produto inserido maquinalmente nas prateleiras virtuais, destituído de sua dimensão subjetiva e reduzido a um objeto de consumo.

## 5. DO CORPO-MERCADORIA AO CORPO-IMAGEM: A PLATAFORMIZAÇÃO DA SUBJETIVIDADE

Se a objetividade localiza e estrutura a subjetividade, partindo do aporte da dialética objetividade-subjetividade, a estrutura da realidade torna-se a primazia ontológica que molda a produção das formas de consciência. Dessa forma, Marx, trata a tessitura da materialidade como atrelada a um determinado desenvolvimento social que produz indivíduos que respondam a seus determinantes.

O sociometabolismo capitalista trás a sintomática da mercadoria como a mediadora das sociabilidades presentificadas no real, segundo Georg Lukács, na obra, *História e Consciência de Classe*:

[...] a venda da força de trabalho resulta na situação violenta e paradoxal de o trabalhador estar obrigado a objetivar a sua força de trabalho ante o conjunto de sua personalidade, de vender essa força de trabalho como uma mercadoria (a única) que lhe pertence. Ou seja, instaura-se aqui uma cisão entre objetividade e subjetividade que, na objetivação do homem como mercadoria, permite que essa situação se torne consciente. (LUKÁCS apud NOBRE, 2001)

Essa articulação de produção força uma instância abstrata - força de trabalho - a se objetivar, então, a pulsão de vida, energia e criatividade que é latente no humano é radicalmente transferida para o externo na sua forma de mercadoria. Esse processo é paradoxal, porque segundo Lukács, a força de trabalho é algo inseparável do trabalhador, do seu ser, da sua personalidade, mas o capitalismo força essa dissociação gerando uma coerção para que os sujeitos fragmentem a si como única forma para sobreviver.

O resultado do conjunto é a ruptura do ciclo dialético pois quando ocorre a apropriação do trabalho pelo capital as objetivações humanas não são subjetivadas novamente devido ao fato do objeto não retornar ao sujeito, pois este torna-se alheio ao seu produtor, sendo por essa via que ocorre o desenvolvimento do fenômeno da alienação e da apropriação do trabalho enquanto propriedade privada.

A consciência reificada é engendrada e convertida em condição de possibilidade para a reprodutibilidade da mercadoria, ao manter em sua fórmula o adestrando para além dos corpos, devido à captura do esquema psíquico, por onde seus contornos são definidos a partir do aporte rigoroso dos princípios da infraestrutura. Essa instrumentalização da subjetividade descaracterizada de sua função base, que seja a decodificação e apreensão do real pelas instâncias psíquicas e cognitivas, tornam o sujeito poroso acorrentando a uma percepção da realidade como a-histórica e auto-evidente.

Esse processo de absorção e assimilação da realidade pelos sujeitos, com a chegada da indústria 4.0, decorre em alterações intensivas possibilitadas pela difusão massiva dos smartphones e redes sociais. Por conseguinte, o tecido de apreensão da realidade vai ser revestido por uma nova camada, a da virtualidade, pois as redes de conexões virtuais tornam-se os novos mecanismos de sociabilidades.

Como efeito, com a cascata da formação das ilhas online, a realidade sofre uma cisão dicotômica, ficando polarizada entre o sensível e o virtual. Essa cisão manufatura mais uma camada da alienação, partindo de um estranhamento da consciência que, imersa na identificação performática da imagem virtual, passa a ter a materialidade como alheia e estranha. A reificação, nessa especificidade, trabalha com o aporte da construção do sujeito que se torna objeto da própria imagem pré-fabricada. Uma imagem dotada de poder de essencializar e personalizar o sujeito feito uma deidade.

Sob a lente da virtualidade e da consciência cultural, o trabalho dos influenciadores, na rede *Privacy*, singulariza-se na venda e produção da própria imagem, inserindo a imagem especular na fórmula somática da mercantilização do corpo. No encaixe desse enquadramento, o fetichismo se apresenta como um duplo fenômeno: o fetichismo da mercadoria, no qual a autoimagem das influenciadoras obscurece as relações de produção que as tornam possível, e o fetichismo da subjetividade, que conduz à autonomização dessas imagens, resultando em uma cartografia de objetividade fantasmagórica. Dessa forma, no capitalismo de plataforma, as imagens não apenas representam as sociabilidades do real, mas passam a substituí-lo, tornando-se a nova medida do real e das afetações sociais.

Esse duplo mecanismo do enfeitiçamento nos enquadres da plataforma *Privacy*, ultrapassa o velamento das condições de produção material-performativas: temos também o feitiço que a imagem do nosso objeto empírico - trabalhadoras do sexo e influenciadoras - exerce no imaginário, funcionando como um objeto fálico dissociado do corpo real e do processo de trabalho. Se pensarmos o conceito de objeto fálico na perspectiva laciana, podemos associá-lo àquilo que "representa a falta no Outro", um elemento que encarna desejo e poder simbólico.

O sistema capitalista captura essa falta convertendo e sublimando em consumo. Nesse sentido, a imagem projetada pela influenciadora não é apenas um produto, mas um significante carregado de valor que estrutura os desejos dos consumidores ao mesmo tempo que é a objetivação reflexiva das produções ideológicas perpetuadas pela cultura.

A exploração do corpo-imagem de mulheres nas redes sociais, especialmente quando vinculada ao trabalho sexual e ao marketing da autoimagem, revive dinâmicas históricas da mercantilização do corpo feminino. A imagem da influenciadora ganha um estatuto quase autônomo, funcionando como um objeto de desejo que opera independentemente das contingências concretas de sua produção.

Isso significa que o "trabalho imaterial" das influenciadoras não pode ser pensado como uma abstração pura, mas como algo que encobre e, ao mesmo tempo, reforça as relações materiais que o sustentam. Ao se tornar um objeto fálico, a imagem se dissocia do corpo real e do processo de trabalho, parecendo existir por si só. Essa separação faz parte do próprio funcionamento da mercadoria no capitalismo de plataforma.

No interior dessa economia digitalizada, a influenciadora emerge como figura central na indústria da mercantilização do corpo virtualizado. Seu valor não está mais diretamente na materialidade do trabalho, mas na produção de uma imagem, que opera como intermediária nas relações sociais. Essa imagem não apenas representa, mas estrutura os contornos da subjetividade dentro do mercado, funcionando como um mapeamento cartográfico de identidades moldadas pelas exigências do consumo e da plataforma.

Aqui há um deslocamento crucial: se antes o trabalhador vendia sua força de trabalho para produzir mercadorias, agora ele se vende enquanto mercadoria em si mesmo. Essa mudança altera os mecanismos de alienação, pois a subjetividade deixa de ser apenas um elemento interno da força de trabalho para se tornar o próprio produto final do capital. O ciclo da reificação se intensifica, já que o sujeito, ao se mercantilizar, perde o domínio sobre sua própria constituição subjetiva, sendo moldado pelas demandas de consumo e pelas regras algorítmicas das plataformas.

## 6. UM CORPO-PRODUTO MARCADO PELO GÊNERO

Compreender a exploração do corpo implica, simultaneamente, analisar as bases do cerceamento do corpo feminino. Para isso, é imprescindível retomar a teoria da acumulação primitiva sob a ótica do gênero, uma vez que a constituição do capitalismo não parou na expropriação dos meios de produção, mas envolveu em um invólucro o corpo como apropriação em si mesmo. Esse movimento não se deu de forma isolada, mas como um desdobramento de processos históricos que consolidaram a divisão sexual do trabalho e a institucionalização do patriarcado como pilar estrutural da economia capitalista. Com esse recorte, recorreremos à análise de Silvia Federici que nos permite uma investigação, através dos anais da história, dos fundamentos dessa exploração.

Federici revela que a acumulação primitiva não foi apenas um processo econômico, mas um pilar fundacional onde consolidou-se a subjugação das mulheres como garantias para a reprodução da força de trabalho e a expansão do capital. A imposição do trabalho reprodutivo não-remunerado foi essencial para a manutenção do sistema, na medida em que assegurava a continuidade da produção de trabalhadores sem qualquer custo direto para o capital. O controle dos corpos femininos não foi um fenômeno secundário ou contingente, mas uma condição estrutural e inerente de um regime de trabalho que sustenta o capitalismo até a atualidade.

[...] na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma

medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho. (Federici, 2023, p.34)

Os esforços para a dissolução da organização da vida nas voltas da subsistência resultaram em uma divisão sexual do trabalho, firmando a égide do gênero na estrutura produtiva. Enquanto os homens ficaram relegados à constituição da proletarização na realização do trabalho produtivo, as mulheres ficaram confinadas ao trabalho reprodutivo, transformado em suporte para a extração de mais-valor, justamente: “[...] no momento em que este trabalho estava sendo absolutamente desvalorizado” (Federici, 2023, p. 144-145).

A consolidação de um sistema voltado para a produção de mercadorias escamoteou todo trabalho não-produtivo a um papel secundário, mascarando a sua centralidade no ciclo da produção de valor. Adjunto a esse esforço, [...] “a ‘feminilidade’ foi construída como uma função-trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico [...]” (Federici, 2023, p.31). Ou seja, uma identidade social moldada e fixada no imaginário como garantia da reprodução incessante para suprir as demandas do mercado.

Essa fabulação mítica culminou na redefinição e consolidação, no século XIX, do papel social das mulheres como donas de casa, confinando-as ao âmbito doméstico, onde o corpo feminino passou a ser percebido não apenas como o responsável pela reprodução biológica, mas também como constructo da reprodução social da mercadoria trabalho. É por esses ditames que Federici entende o corpo como “máquina de produção” dentro do capitalismo, onde tem-se uma dupla desvalorização do corpo, primeiro, enquanto protoforma de trabalho e segundo, enquanto reproduzoras deste trabalho.

A relação dicotômica e apartada entre trabalho produtivo e reprodutivo forçou as mulheres a uma situação de dependência estrutural, na medida em que a desvalorização do trabalho reprodutivo as excluiu do gozo da autonomia econômica. Essa separação que mantém-se imaculada sob o véu da naturalização das relações de gênero, não ocorreu de forma natural ou espontânea no curso da história, mas por intermédio de uma ação de imposição violenta do controle do corpo operado pelo Estado a mando do capital.

A divisão sexual do trabalho não apenas reforçou uma hierarquia de gênero, mas também institucionalizou a exploração do corpo feminino como uma condição indispensável para a acumulação capitalista. O Estado, ao servir aos interesses do capital, não apenas regulamentou a reprodução, mas transformou o próprio corpo das mulheres em uma peça da engrenagem produtiva, mascarando essa apropriação sob a retórica da ordem moral e biológica.

A arquitetura estrutural desse processo de disciplinamento dos corpos femininos acarretou um controle imperativo e autocrático nos meandros da sexualidade, subdividido e catalogado enquanto duas mercadorias com valores de uso essenciais ao capitalismo: um corpo-reprodutivo, confinado à esfera privada e naturalizado enquanto suporte da economia, e um corpo-para-prazer, estando no outro pólo da partilha da regeneração da força de trabalho do proletariado, como um bem de consumo.

O corpo feminino, enquanto mercadoria-prazer, insere-se em um falseamento da liberdade das cláusulas domésticas, dentro da narrativa neoliberal da autonomia. Esse discurso, ao invés de romper com a exploração histórica das mulheres, reconfigura e reafirma antigas formas de dominação ao acoplar novos léxicos oriundos das lutas feministas a uma gramática de mercado. O conceito de “empoderamento” e “liberdade” torna-se, uma estratégia discursiva que oculta a coisificação do corpo feminino, convertendo a exploração em um suposto ato de autodeterminação. Essa dinâmica se intensifica no capitalismo de plataforma, onde a sexualidade é mercantilizada sob demanda, mascarando relações de dominação por meio de uma linguagem que exalta a autonomia individual, mas ignora a estrutura de exploração que a sustenta.

A exemplo do nosso objeto de análise, o *Privacy*, cuja identidade discursiva se sustenta na promessa de liberdade, manifesta-se em seu lema: “Ajudamos criadores a monetizar sua liberdade”. No entanto, essa liberdade configura-se como uma liberdade negativa e individualizada, alinhada aos paradigmas neoliberais de direitos puramente subjetivistas e mercadológicos. Trata-se de uma liberdade formal, que se define não pela superação da exploração, mas pela ausência de impedimentos diretos à mercantilização do próprio corpo. Nesse cenário, a autonomia prometida não é substantiva, mas se traduz em um modelo de agência condicionado pela

lógica da demanda e pela performatividade da desejabilidade, transformando a identidade em um catálogo de compra. A plataforma não emancipa, mas insere o corpo feminino dentro de uma economia de visibilidade que reforça a lógica da objetificação e do consumo sexual sob uma gramática neoliberal.

**figura 1:** Página inicial de cadastramento privacy



**Fonte:** captura de tela (2024)

Ao converter a sexualidade como um bem transacionável, o mercado digital conseguiu obter ganhos diretos sob a bandeira da liberdade sexual, a exploração é reconfigurada em um modelo onde o próprio sujeito se torna seu algoz e agente mercadológico. O discurso da liberdade se impõe como a nova forma de sujeição, pois transfere a responsabilidade da exploração para o indivíduo, isentando as estruturas econômicas de qualquer forma de coerção visível.

A contradição ocultada pelo imperativo da liberdade é justaposto no maquinário como puramente regulada pelas estruturas de oferta e demandas do mercado e os agenciamentos de um corpo submetidos aos moldes de um olhar masculino. Por um lado há uma promessa de autonomia e na sua contraface uma dependência pelas métricas da plataforma. Dessa forma, o que se apresenta como uma ruptura — a suposta autodeterminação das trabalhadoras do sexo no ambiente digital — na verdade reforça e aprofunda a captura dos corpos femininos dentro de um sistema de extração de valor que, longe de abolir a disciplina imposta pela divisão sexual do trabalho, apenas a ressignifica sob os novos moldes da economia de plataforma

## **7. O CORPO FEMININO NA PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO: PRIVACY PRODUTORA DE CONTEÚDO ADULTO**

Utilizando dos aportes teóricos expostos acima, partimos para uma metodologia empírica mais direta de análise do corpo-imagem enquanto mercadoria disponível nas vitrines da plataforma digital Privacy. Privacy é uma plataforma de compartilhamento de conteúdo exclusivo - sumariamente erótico -, lançada em 2020 pelos empresários brasileiros Fábio Monteiro, Victor Albuquerque e Vanderson Tibau em São Paulo.

O sistema da plataforma é voltado para a comercialização de produções audiovisuais marcadamente sexuais, onde seus “criadores” são denotados como influenciadores em uma dinâmica expositiva de rede social, funcionando por vias de assinaturas ou compras individuais dos pacotes ofertados. Como analisa a pesquisadora Mirian Borges Silva, “tanto o padrão de interação como a lógica de funcionamento da plataforma valorizam o trabalho com a imagem, não em seu sentido formal, mas enquanto marca pessoal capaz de gerar e potencializar seu capital humano” (2024, p.06). Dessa forma, o trabalho é modulado nos entornos de uma performática compulsória que gera uma cisão entre a identidade real e a persona digital mercantilizada. A

política da plataforma é voltada para um autogerenciamento da própria subjetividade fomentando a produção de anseios e desejos com fim único o engajamento e fidelização da audiência.

A comercialização do corpo feminino, como já demonstrado, não é um fenômeno isolado, mas incidente desde a acumulação primitiva, por deslocar o corpo para a esfera do trabalho reprodutivo e instituí-lo, sob o véu da naturalização, como uma corporeidade atravessada por relações monetárias, consolidando-o como um campo do imaginário afeito objeto de desejo. Esse processo não apenas vinculou o corpo feminino à reprodução social, mas também o inscreveu em uma lógica de produção de valor que o abstrai de sua subjetividade, reduzindo-o a um receptáculo funcional, destinado à produção e à satisfação alheia.

O corpo alocado na plataforma Privacy, diferentemente do trabalho reprodutivo que se estrutura na invisibilidade e na gratuidade, é perpassado como um produto expositivo, tendo seu valor métrico definido pela interatividade baseada no regime de visibilidade constante. A mercantilização do corpo, assim, não se limita à venda de imagens e vídeos, estende-se para o campo de uma economia afetiva por articular a intimidade e a proximidade com os assinantes por meio de interações personalizadas e criação de vínculo emocional.

**Figura 2:** Página inicial do perfil de uma influenciadora



**Fonte:** captura de tela (2024)

Nesse contexto, o fetichismo do corpo feminino, presentificado nas novas operações de sites de conteúdo adulto, como o Privacy, opera como uma contradição imanente: enquanto a mercantilização virtualizada confere ao corpo uma aura mística de enfeitiçamento que o aparta da sua materialidade concreta de existência, a lógica de fundo revela a continuidade histórica da objetificação e reificação. A lógica fetichista inverte os pólos da dominação, travestindo a subordinação em valor e mistificando a alienação como empoderamento.

Sob a promessa de liberdade financeira e autonomia individual, o capitalismo de plataforma reinscreve o corpo feminino na lógica da exploração por meio de uma feminização compulsória performática. Esse aprisionamento ocorre tanto pela imposição de padrões normativos de gênero quanto pela conversão da performance da feminilidade em um trabalho contínuo, cuja moeda de troca é o reconhecimento social e econômico. O corpo, longe de se emancipar, torna-se um capital a ser gerenciado, reduzido a uma imagem com um valor inerente em si de mercado.

Diante da observação dos perfis do site, vemos a construção de uma linguagem visual apelativa que reitera a fetichização do corpo feminino, com adjetivos descritivos que convidam a explorar um corpo-imagem de forma irrestrita como um produto personalizado e pronto para o consumo. A estética das imagens em sua composição panorâmica partem do constructo de um marketing heteronormativo.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo deste trabalho permitiram confirmar a hipótese de que o capitalismo de plataforma intensifica as formas de alienação e exploração ao transformar o corpo em uma mercadoria diretamente vinculada à lógica da acumulação de valor. Observou-se que a plataformização do trabalho aprofunda a cisão entre corpo e subjetividade, promovendo uma nova dinâmica de expropriação em que a imagem se torna um elemento central na extração de valor. Além disso, evidenciou-se que o discurso neoliberal do empreendedorismo individualizado mascara as relações de exploração, reforçando a ideia de autonomia enquanto aprofunda a precarização das condições laborais.

O estudo de caso da plataforma Privacy demonstrou como o corpo feminino, historicamente submetido a processos de mercantilização, adquire novas configurações no contexto digital, reiterando contradições inerentes ao sistema capitalista. Os objetivos da pesquisa foram atingidos ao relacionar o trabalho plataformizado com a lógica da reificação e da alienação, demonstrando como a economia digital potencializa os mecanismos de dominação.

Diante dos resultados obtidos, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a relação entre plataformização, algoritmos e controle sobre a subjetividade, além de explorar formas de resistência e organização coletiva no trabalho mediado por plataformas. Assim, espera-se que este estudo contribua para um debate crítico sobre os impactos da plataformização do trabalho na exploração do corpo e na configuração da subjetividade no capitalismo contemporâneo.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DOORN, Niels van. A Platform Life: Labour and Alienation in the Platform Economy. Cambridge: Polity Press, 2021.
- DOORN, Niels van. O trabalho plataformizado e a financeirização do capitalismo de plataforma. Revista Brasileira de Estudos da Comunicação, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 45-60, 2021.
- FEDERICI, Silvia. O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2023.
- FERRAZ, Deise. A mercadoria força de trabalho e o fetichismo no capitalismo contemporâneo. Revista de Economia Contemporânea, v. 23, n. 2, p. 250-270, 2019.
- FERRAZ, Deise. Sequestro da subjetividade: revisitar o conceito e apreender o real. REAd. Revista Eletrônica de Administração, Porto Alegre, v. 25, n. 1, jan.-abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-2311.238.89885>
- GROHMANN, Rafael. Trabalho digital e plataformizado no século XXI: reconfigurando o passado no presente. Cadernos CERU, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 11-29, 2021. DOI: 10.1590/0101-31572021-3244. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/dvfpD9njgCS9xD96YKMJyMQ/>. Acesso em: 14 mar. 2025.
- GROHMANN, Rafael. Trabalho plataformizado: comunicação, dados e exploração no capitalismo de plataforma. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. 11. ed. São Paulo: Loyola, 1995.

LINS, Rafael. A evolução da Internet: uma perspectiva histórica. [S.l.: s.n.], [20--].

LUKÁCS, Georg. História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

PAULANI, Leda Maria. Capitalismo 4.0: um novo regime de acumulação e regulação? Revista de Economia Política, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 3–24, 2022.

PRADO, Eleutério F. S. As interpretações da noção de "intelecto geral" dos Grundrisse. Crítica Marxista, Campinas, SP, v. 19, n. 34, p. 151–158, 2012.

RODRIGUEZ, José. A transformação digital e o impacto das plataformas na economia. São Paulo: Editora Tech, 2019.

RODRIGUEZ, Julia. Plataformas digitais e a nova divisão social do trabalho. Revista de Sociologia do Trabalho, v. 15, n. 3, p. 11-30, 2019.

SCHINCARIOL, Eduardo. A dependência revisitada: dependência 4.0 e o caso do Brasil. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 63, p. 8–34, 2024.

SCHINCARIOL, Vitor. Tecnologia e trabalho no capitalismo de plataforma. Cadernos de Estudos Sociais, v. 39, n. 2, p. 29-45, 2024.

SILVA, Mirian Borges da. A plataformização chegou no trabalho do sexo: apontamentos sobre a formalização da precarização a partir da plataforma "OnlyFans". *Conversas & Controvérsias*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 1-13, jan.-dez. 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/2178-5694.2024.1.45932>